



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Nos termos do contrato de concessão exclusiva de fornecimento de gás natural, celebrado, em 2007, entre o Governo da RAEM e a Companhia de Gestão de Participações e Energia Sinosky, Limitada, com uma duração de 15 anos, esta deve celebrar contrato para o fornecimento a longo prazo de gás natural, de modo a garantir as respectivas segurança, estabilidade e preço. O prazo de concessão já passou de metade, e o referido contrato ainda não foi celebrado, o que se traduz num incumprimento grave das obrigações por parte da empresa concessionária.

Segundo o referido contrato de concessão exclusiva, a concessionária responsabiliza-se pelo fornecimento de gás natural à Companhia de Electricidade de Macau, para a produção de electricidade, e à rede de transporte de gás natural para uso doméstico e comercial, explorada pela Nam Kwong. A falta de um contrato de fornecimento a longo prazo impossibilita não só a estabilidade do preço do gás natural, como também o funcionamento dos geradores a gás natural da CEM, com enorme impacto para a promoção e generalização do uso do gás natural junto de residentes e empresas.

Segundo revelou, há dias, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Raimundo Arrais do Rosário, encontram-se em curso as negociações entre o Governo e a Sinosky sobre o fornecimento de gás natural, e caso não se chegue a consenso, a última hipótese será o cancelamento do respectivo contrato de concessão.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Ao longo destes anos, tenho apelado ao Governo para acompanhar a questão da celebração do contrato de fornecimento a longo prazo, mas



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

este, até agora, ainda não conseguiu exigir à concessionária que o fizesse. O prazo de concessão já passou de metade, então, o Governo deve definir um prazo para a conclusão das referidas negociações, de modo a assegurar que estas não se arrastem "sine die". Vai fazê-lo?

2. O prazo de concessão já passou de metade e a empresa concessionária ainda não cumpriu as suas obrigações contratuais, uma situação cujas responsabilidades indeclináveis são da entidade fiscalizadora. Como é que o Governo vai responsabilizá-la?
3. Nos últimos anos, o mercado energético tem sofrido grandes mudanças, verificando-se um aumento significativo do preço do gás natural e uma descida substancial do preço dos combustíveis. Assim sendo, o Governo deve proceder a uma revisão integral das políticas relativas à energia e ao gás natural, reflectindo sobre a manutenção do fornecimento exclusivo de gás natural, assim como sobre as vantagens e desvantagens dessa exclusividade ou da sua liberalização. O Governo vai fazê-lo?

A Deputada à Assembleia Legislativa

Kwan Tsui Hang

17 de Junho de 2015